



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **PRESENÇA MARCANTE: UM ESTUDO EM INVENTÁRIOS SOBRE OS PERFIS DOS ESCRAVOS NEGROS EM IGARASSU (1828 a 1877)**

**Edvânia Lopes Vieira**

Especialista em Ensino de História pela UFRPE

[ed-vanialopes@hotmail.com](mailto:ed-vanialopes@hotmail.com)

Analisando a sociedade brasileira do século XIX, vemos a dependência socioeconômica com a mão-de-obra escravista. Essa dependência é resultado do tráfico de africanos para o Brasil pelos portugueses, onde os mesmos utilizaram no período de 350 anos aproximadamente os negros como escravos em diversas regiões do Brasil, gerando assim um grande lucro para o cofre Português. O tráfico negreiro foi exclusividade de Portugal no século XVI, mas no decorrer da escravidão brasileira outros países, como Espanha e Inglaterra também aderiram ao tráfico negreiro por ser uma de ganhar lucro, com a captura, venda e troca do escravo.

O início da ocupação portuguesa no continente africano, foi apenas no litoral, e em alguns pontos isolados, com o objetivo de explorar ao máximo as terras e ocupar ao mínimo, para tal projeto fez-se necessário a construção de feitorias, como também de fortalezas na região com o intuito de facilitar o trabalho dos portugueses em explorar o espaço até então conquistado.

Segundo Katia Matosso (1982: p 19) entre 1502 e 1860, cerca de 9 milhões e meio de africanos foram transportados para o continente Americano e o Brasil é o maior importador desses africanos. Entre eles homens, mulheres e crianças, todos com perfis e características diferentes, mas todos eram obrigados a trabalhar sem receber salário algum, o de sustentar a sociedade brasileira com o seu suor por longos anos, pois quase todo o trabalho dependia dos braços dos negros escravizados.

No século XVIII, período da descoberta do ouro em Minas Gerais e exploração das minas, o Brasil faz crescer a demanda de africanos em mais um trabalho penoso. Os negros e negras foram trazidos de várias regiões africanas, mas com grande predominância de negros vindos da Angola e de Moçambique. Do século XVI até o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

XIX chegaram bastantes africanos desses países, tornando assim, o Brasil o maior importador de africanos do mundo e um dos primeiros países da América a adotar o sistema escravista e o ultimo a aboli-lo, como cita Mário Maestri, em seu livro: O escravismo no Brasil.

Após a captura ou compra de um cativo africano dá-se inicio ao processo de travessia, onde os africanos teriam os seus sentimentos, a cultura e as tradições sufocadas. Sendo considerados como “mercadorias” ou “peças”. Podiam ser vendidos, emprestados, alugados, etc. Mas muitos deles souberam resistir e preservar sua cultura, adaptando a uma outra realidade.

Segundo Katia Mattosso ( 1982: p, 47), a viagem de Angola a Pernambuco dura 35 dias, ou até mais de acordo com o vento. Os negros e negras embarcados passavam a maior parte dos dias amarrados, dormiam em pé ou sentados e o travesseiro era o ombro do vizinho; a alimentação era precária, ou seja, mal-preparada, servida em pouca quantidade e em péssimas condições higiênicas. A água para beber era distribuída três vezes ao dia. O banho era coletivo, com uma mangueira, quando um membro da tripulação tinha o dever de molhar os escravos e deixá-los banhados.

Muitos dos escravos não se sentiam bem durante a viagem e chegavam até ficar doente. Muitos deles vomitavam, defecavam e urinavam a bordo dos navios. O escorbuto era uma doença muito presente entre os cativos. Para preveni-la, algumas vezes, por semanas eram enxaguadas as bocas dos cativos com vinagre.

No chamado Novo Mundo com certeza não seria um momento repleto de alegria e liberdade e sim consequência de um uso de mão-de-obra barata, o escravo sem poder de reivindicação de seus direitos, pois desde a captura, a venda e a travessia eles vinham sofrendo com a forma de tratamento que lhe eram imposta. Sujeira, fome, desconforto, doenças, mortes e sede povoaram a vida desses povos marcados pela escravidão. Os tripulantes também tiveram uma vida dura durante a travessia, apesar de ter uma alimentação variada e rica em proteínas e carboidratos, como: frutas, vinhos, carnes, etc. Eles não ficaram imune às doenças, sujeiras, desconforto e se a embarcação afundasse morreria todos: “A vida é dura para todos os homens, os da tripulação e os escravos” , segundo Katia Mattosso em Ser Escravo no Brasil ( 1982: p 47).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Em meio à dor e sofrimento nas viagens os escravos conviviam com a presença de capelães que tinham como papel catequizá-los durante a travessia, só seria possível por meio da lei portuguesa de 1684 que exige a presença do capelão. Sem contar que muitos dos nativos foram batizados antes de seu embarque. E os que não foram batizados, só seriam quando chegassem ao Novo Mundo.

Uma lei portuguesa de 1684 mandava que lhes fossem servidas três refeições diárias, acompanhadas de água (2, 662 litros), a manter a bordo os medicamentos necessários aos cuidados dos doentes e exige a presença de um capelão. O não cumprimento da lei implica em multa de 2000 cruzados, além de outra no dobro do valor dos cativos transportados e um exílio de dez anos. (MATTOSSO, 1982, p. 46)

Compreenda-se que a lei existia, mas o cumprimento da mesma estava longe de ser real. Katia Mattosso nos informa que número de homens embarcados sempre foi maior que os de mulheres, as crianças acompanhava as mães, se fosse de colo não pagavam impostos e se fosse maiores pagavam apenas a metade. Não eram imediatamente produtiva e quando bebê requeria a presença e o cuidado da mãe, trazendo encargo e prejuízo ao senhor, ao invés de lucro. Mas quando crescia o trabalho o esperava, trabalhavam para pagar o que deviam ao senhor, esse era o grande lema desde miseráveis escravos. A mão-de-obra escrava masculina era com bastante frequência utilizada no campo. Já a feminina estava encarregada dos trabalhos domésticos, as crianças por sinal nos primeiros anos estavam próximas à mãe, então viviam na casa-grande do engenho ou fazenda junto com os filhos do senhor, brincavam juntos até os 6 anos, os brinquedos eram os mesmos, mas aos 7 anos, a criança negra via a realidade que a esperava: o trabalho.

Além dos homens serem maioria entre os embarcados, eles foram os primeiros a chegarem ao Novo Mundo, pois os colonos preferiam mão-de-obra masculina, jovens e saudável. O seu valor na América era dez vezes maior do que foi pago na feitoria na África.

De cada três africanos desembarcados nas Américas, dois eram homens, um mulher. E isso por dois principais motivos: nas Américas, os colonos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

preferiam comprar homens; na África, senhores e guerreiros retinham as cativas e as convertiam em esposas. (MAESTRI, 1994, p. 43)

## **DUARTE COELHO EM PERNAMBUCO**

Duarte Coelho Pereira veio ao Brasil para ser donatário da Capitania de Pernambuco e fazer prosperar terras pouco conhecida e habitada pelo branco. Trazendo várias pessoas para ajudar na posse da terra.

Acompanhou-o, por determinação de El-Rei, interessado na organização administrativa da colônia, e na assistência espiritual aos que ali iam viver, um Feitor e Almojarife Real, Vasco Fernandes de Lucena, aquinhado com dois por cento das rendas que fossem arrecadadas, e mais um Vigário, que foi o Padre Pedro Figueira, com quatro capelães, recebendo aquele um ordenado anual de quinze mil réis, e os outros oito mil réis cada um. (GUERRA, 1984, p. 22)

Para dar início a uma atividade econômica na Capitania, Duarte Coelho solicitou de D. João III, Rei de Portugal, a autorização e a importação de mão-de-obra para Pernambuco. Inaugurando a escravidão negra nas terras pernambucana, tendo em vista que a mão-de-obra importada era africana “O Brasil tem o corpo na América e a alma na África... sem Angola não há Pernambuco” dizia o Padre Antônio Vieira.

Jerônimo de Albuquerque formou o primeiro engenho de açúcar em território pernambucano, o Engenho Nossa Senhora da Ajuda em 1540,

O engenho de Nossa Senhora da Ajuda, assim chamado da padroeira da sua capela, com aquela invocação foi a primeira fábrica de açúcar levantada em Pernambuco pelo referido Jerônimo de Albuquerque, em uma data de terra, de doação donatária a título de sesmaria e daí a sua denominação vulgar de Engenho Velho, já corrente nos primeiros anos do século XVII. (COSTA, 1983: p. 225)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Parece que este engenho não funcionou por muito tempo e que caiu em abandono, pois é pouco citado nos Anais Pernambucano por Pereira da Costa. Como também que ele recebeu o nome Forno da Cal, por causa do fabrico da cal na localidade. Em pouco tempo a cana-de-açúcar já era dominante na paisagem pernambucana. No final do século XVI eram mais de 60 engenhos moendo e produzindo açúcar em Pernambuco.

Já se conhecia o bastante do Brasil para esperar que nele a cana-de-açúcar se daria bem. O clima quente e úmido da costa lhe seria altamente favorável; e quanto à mão-de-obra, contou-se a principio com os indígenas, que eram, ao menos no principio, relativamente numerosos e pacíficos no litoral. (PRADO JR, 1959, p. 31)

A capitania pernambucana chegou a receber muitos degredados de 1535 até 1722, indivíduos que estavam condenados à pena de degredo para são Tomé e Príncipe, vieram cumprir sua pena no Brasil. Além dos degredados, vieram os mercadores, artífices e oficiais mecânicos; os mestres de ofício, trabalhadores do mar e soldados militares.

Ainda no tempo de Duarte Coelho, em 1539, chegaram alguns escravos negros da Guiné. E em 1559 ele recebeu permissão para adquirir escravos vindos de outra região africana como Congo.

E em 1559, a Rainha Dona Catarina passou a permitir que cada senhor-de-engenho mandasse vir do Congo até cento e vinte escravos, pagando somente o terço dos direitos em vez da metade, do que foi avultado o tráfico, e em fins do século os índios escravizados eram poucos. Mesmo porque, opinara a Mesa da Consciência de Lisboa, e o Rei decidira em 1595, que os índios só podiam ser escravos quando cativos em guerra justa, e, mesmo assim, apenas por dez anos. Disso resultara a diminuição considerável da escravatura indígena.(GUERRA, 1984, p. 33)

Como o açúcar era uma mercadoria valiosíssima na Europa, fêz-se necessário produzi-lo para comercialização e a lucratividade portuguesa. Então a preocupação da Coroa Portuguesa foi utilizar as terras brasileira ao seu serviço, isto é, plantar cana e



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

fundar engenhos era sinal de lucratividade. Era preciso fazer das terras brasileira um local de renda. Com pouco tempo de exploração das terras o donatário da Capitania de Pernambuco escreveu ao Rei para informá-lo o que se passou por aqui e que havia dado ordem para instalar engenhos nas terras que lhe foram doadas.

Ordem a se fazerem engenhos de açúcares que de lá trouxe contratados, fazendo tudo quanto me requereram e dando tudo o que pediram, sem olhar a proveito nem interesse algum meu, mas a obra ir avante, como desejo. Temos grande soma de canas plantadas, todo o povo, com todo o trabalho que foi possível, e dando a todos a ajuda que a mim foi possível, e cedo acabaremos um engenho muito grande e perfeito, e ando ordenando a começar outros.  
(MELLO, 1967, p. 85)

## **ENGENHOS DE AÇÚCAR EM IGARASSU**

No ano de 1618 Pernambuco tinha mais de 60 engenhos, como fala Flávio Guerra (1984: p, 39), e os engenhos de Igarassu estavam inserido neste contexto. “... Dos 120 engenhos de açúcar existentes, então, em todo o Brasil, sessenta e seis, mais da metade, pois, estavam localizados em Pernambuco”.

Igarassu tem resquícios muito fortes da escravidão, pois foi um dos núcleo iniciais de colonização portuguesa no Brasil. Esta cidade fêz parte da Capitania de Pernambuco e teve sua contribuição na história escravista brasileira. Quando Duarte Coelho chegou de Portugal para tomar posse das terras que lhe foram doadas em carta pelo Rei D. João III ele desembarcou em terras pertencentes a atual cidade de Igarassu. Veio pelo Canal de Santa Cruz e desembarcou no Sítio dos Marcos, local onde estava instalado a primeira feitoria portuguesa de Pernambuco fundada por Cristóvão Jaques em 1516, como Pereira da Costa aborda nos Anais Pernambucano.

Duarte Coelho vinha preparado para o trabalho agrícola, pois sabia o que iria encontrar nas terras por onde passaram outros portugueses. Ele era um homem experiente no trabalho, já que conhecia outras terras como a Índia, China, Japão, etc.

Não o fascinava o ideal do lucro imediato. Vinha preparado para o trabalho agrícola. Foi esse o ritmo que deu a colonização de Pernambuco. Trouxe



consigo vários judeus contratados para a montagem dos engenhos de açúcar. Feitores proficientes adestrados nas plantações de cana na ilha da Madeira e são Tomé. (MELO, 1998, p.2)

O local onde estava erguida a feitoria fundada por Cristóvão Jacques era muito baixo e sujeito a inundações, o que facilitava ataques dos inimigos. Como também era uma região muito próxima a Capitania de Itamaracá. Por esses e outros motivos Duarte Coelho não permaneceu na região e foi à procura de um local seguro para instalar a sede de seu governo e viver com sua família. Deixando na região o Capitão Afonso Gonçalves que era proveniente de Viana do Castelo, cidade que mandou para Pernambuco vários colonizadores.

No território de Igarassu foram instalados cerca de 64 engenhos no decorrer dos três séculos e meio da história da escravidão brasileira. Cada um com características e histórias próprias. O primeiro engenho igarassuense que se tem notícia é o Engenho Capitão, que recebeu este nome por ser fundado pelo Capitão Afonso Gonçalves. Esse engenho pouco é citado por Pereira da Costa nos Anais Pernambucano, pois o tempo de funcionamento foi muito curto e na década de cinquenta do século XVI este engenho foram atacado e destruído pelos índios da região, os Caetés. Pereira da Costa cita a construção dele nos Anais Pernambucanos:

Para a nascente vila mandara ele vir de Viana seus parentes, -"que tinha muitos e muitos pobres, os quais vieram logo com suas mulheres e filhos e começaram a lavrar a terra entre os mais moradores, que já havia, plantando mantimentos e canas de açúcar, para o que começara já o Capitão a fazer um engenho." (COSTA, 1983, p. 250 )

Após formação do Engenho do Capitão e sua destruição, o engenho que se tem notícia como um dos mais antigos da região é o Engenho Araripe de Cima no ano de 1584. Nessa época o Engenho pertencia ao Sr. Florentino Felipe Calvacanti. No século XVII o engenho foi dividido em duas partes: o Araripe de Cima e o Araripe de Baixo conhecido como Cagafogo, que deu origem ao distrito Botafogo pertencente a Itapissuma, segundo o historiador Jorge Barreto.<sup>1</sup>

---

1 Guilherme Jorge Paes Barreto, é diretor do Museu de Igarassu e pesquisador da



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

No ano de 1831 o engenho foi arrendado durante um período três anos ao Tenente-Coronel José Carneiro de Carvalho Cunha. A data de início do arrendamento foi em 1833 e o valor de 1:005\$000 (um conto e cinco mil réis), moeda utilizada na época. Em maio de 1836 quando expirou o arrendamento o Engenho passou às mãos de João Vieira da Cunha, que iniciou as obras de recuperação do mesmo. (NETO, s/d).

No início de 1837, quando as obras acabaram, o engenho estava completamente recuperado, tendo sido efetuado os seguintes serviços: roda d'água nova, tapagem do balde e retificação do açude, conserto do sobrado, obra de pedreiro feita no engenho e caixa d'água, compra e assentamento da moenda nova, tudo orçado em 6:233\$400 (Seis Contos, Duzentos e Trinta e Três Mil e Quatrocentos Réis). ( NETO, s/d)

Com a morte de João Vieira da Cunha, 1856, o engenho ficou sobre responsabilidade dos seus herdeiros, em função de sua morte, sua esposa D. Maria das Neves Carneiro da Cunha, dá início ao inventário sobre responsabilidade do Dr. Adelino de Luna Freire e tendo como avaliadores: o Major Manoel Julião da Fonseca Pinho e o Tenente coronel Francisco Pereira de Arruda Câmara que avaliaram o engenho na quantia de 60:000\$000 (Sessenta Contos de Réis).<sup>2</sup>

Com a morte de D. Maria das Neves Carneiro da Cunha, no ano de 1874, fêz-se um novo inventário contando a situação real do engenho. O então engenho passou as mãos do Comendador Epaminondas Vieira da Cunha, e mais tarde pertenceu ao Barão de Itapissuma e o último dono do referido engenho. A sua morte ocorreu no dia 29 de junho de 1910 na casa de vivenda do engenho, logo após iniciou-se o inventário dos bens deixados pelo Barão. O inventário do Barão que está em poder do Departamento de Pesquisa Histórica do Museu de Igarassu, nos revela que os avaliadores avaliaram o referido engenho na quantia de quarenta contos de réis (40:000\$000).

Dezessete anos após a morte do Barão de Itapissuma o Engenho foi vendido a firma Bandeira e Irmão que ficou sobre suas responsabilidade até a década de 1950. Depois ele foi vendido ao Grupo Votorantim e permanece até atualidade nas mãos desde grupo, que passa a construção de uma empresa do grupo, a CAII, demoliram o

---

história da cidade a mais de 25 anos e está envolvido na construção do 1º livro sobre a cidade.

<sup>2</sup> Inventário de João Vieira da Cunha, 1856. Cx, 08. Sobre responsabilidade do Museu Histórico de Igarassu. Neste espaço é possível encontrar alguns inventários dos senhores de engenho da região, referente ao século XIX. O inventário é a relação de bens deixados por uma pessoa que faleceu.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

sobrado, a capela e outras instalações do engenho. Sufocando a história do primeiro engenho igarassuense, mas presente na memória de muito que ali passaram no período final do engenho.

Analisando os inventários deixados pelos proprietários de terras igarassuense, percebermos que vários engenhos da região dadas do século XIX encontramos várias informações que advém desde século, como é o caso dos engenhos a seguir: Caiapezinho de João Luiz Antônio da Silva-1868; Chá Grande, de Antônio Gonçalves de Moraes Vasconcelos de 1883; Improviso, pertencente a João Lins Calvacanti de Albuquerque de 1868; Imperioso, também de João Lins com data de 1883; Mamulengo, pertencente a Miguel Pessoa de Araújo Camelo com data de 1868; Maurity, de João Carneiro Leitão de Mello-1883; Pitanga, também de João Carneiro Leitão de Mello do ano de 1883; Pitombeira, pertencente aos herdeiros de D. Maria Antônia de Jesus e Mello de 1860; Regalado, de João Carneiro Leitão de Mello de 1883; Santo Antônio, de Antônio Tavares Gomes de Albuquerque de 1883; Suruajá, de Alexandre Tavares de 1860; Taepé, pertencente a Francisco Tavares do ano de 1868; Timbó, pertencente a Francisco de Paula Paes Barreto e. Antônio Francisco dos Bragos no ano de 1860; Tripé, dos herdeiros de Pedro Alexandre de Mattos-1860; Triunfante, de Eduardo Daniel da S. Machado de 1883; Utinga, pertencente aos herdeiros do Major Joaquim de Aguiar Mantarrayos e, o Xixá de Brasiliano Rodrigues Campello do ano de 1883; entre outros que não foi aqui citado, que data de outros período ou por ausência de inventários dos senhores de engenhos.

Dos 64 engenhos de Igarassu analisamos 19 engenhos, objetivando trabalhar as característica principais da escravidão nesta cidade no século XIX. Dos 19 engenhos o Taquara, o Mamulengo e Marottos se encontram no único inventário, pois informações que nos advém é que os referidos engenhos pertenciam a mesma pessoa. Já o engenho Desterro é citados duas vezes por conta de analisamos dois inventário em anos distintos e com proprietário diferentes. O Engenho D' Água tinha 14 escravos não identificados o sexo, apenas que eles foram arrematados em Nazareth no valor de 5:266\$000.

## **A ESCRAVIDÃO EM IGARASSU**

Através dos dados colhidos nos inventários, podemos perceber que nos engenhos de Igarassu no século XIX, existiam mais homem do que mulheres e que eles



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

estavam ligados bem mais aos trabalhos no campo do que as escravas, que tinha o papel de manter a casa em ordem e cuidar da cozinha, sem falar é claro nos filhos dos senhores. Atividades como: cozinheiras, amas, mucamas, lavadeira, etc; eram destinadas as escravas que faziam estes trabalhos com bastante atenção. Mesmo tendo alguns engenhos da região que comportavam mais mulheres, como nos mostra as pesquisas nos documentos, de cada três desembarcados nas Américas, dois eram homens e apenas um mulher. É tanto que o total de escravos que sustentou a economia açucareira na região no século XIX nos engenhos trabalhados é de 551. E o número de mulheres é inferior aos dos homens, ou seja, desde total apenas 218 são mulheres equivalendo a 39,56% do total de escravos.

As cozinheiras acordavam cedo e iam logo pra cozinha cuidar do café da manhã. E passavam o dia em atividades domésticas. Quando chegavam a noite, tinham que esperar seus senhores irem dormir para repousar um pouco.

Pra se ter idéia, uma cozinheira valia bem mais contos de réis que um escravo do campo, pois era ela que tinha o dever de alimentar muita gente, ou seja, todos os que formavam o engenho, do senhor ao escravo. Trabalho esse muito puxado e desgastantes, exemplo disto é de uma cozinheira do Engenho Inhamã no ano de 1875, por nome de Sebastiana, crioula com 36 anos e no valor de 1:000\$000 (um conto de réis). Enquanto um carreiro (guia de carro de bois), do Engenho D'Água no ano de 1847, com idade 45 anos, angolano, no valor de 300\$000(trezentos réis).

Os valores dos escravos variavam muitos de engenho para engenho, como também de ano, de sexo e principalmente de ofício. Era o ofício em muitos casos que valorizava. O escravo do campo valia menos, enquanto o urbano valia um pouco mais. O Engenho São João, em seu inventário de 1870, trás os escravos com o maior valor. Isso só é possível por conta da época vivenciada no momento: estava proibido o tráfico de escravo e bem próximo a abolição da escravatura. Os maiores valores desses escravos que podemos perceber é de 1:500\$000(um conto e quinhentos mil réis) e sem citação de ofício. Contudo sabemos que não era um escravo braçal. Assim como o Engenho Inhamã que possuía vários escravos, custando mais de 1:000\$000 (um conto de réis). O Engenho Mussupinho de 1842 tem 38 escravos com valores inferiores em relação ao São João e Inhamã. O valor não ultrapassa 500\$000 (quinhentos réis).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Também podemos ver neste engenho que ele tem o escravo mais velho da região, custando apenas 25\$000( vinte cinco réis). O seu valor é superior a de uma criança recém-nascida do Engenho Aguiar de 1846, que é uma crioulinha, de 5 dias, filha de Delfina no valor de 20\$000 (vinte réis). Ainda no Engenho Mussupinho vimos o escravo com o menor valor possível: uma escrava por nome de Mariana, da Angola no valor de 10\$000(dez réis).

Como já foi visto a vila de Olinda tinha um destaque maior na Capitania de Pernambuco por ser a sede do governo, do que a cidade de Igarassu, a qual é marcada pelo trabalho no campo, ou seja, uma área rural onde tinha uma vasta mata atlântica e excelentes nascentes que contribuiu e muito para o dia-a-dia nos engenhos da região. O Engenho Monjope, por exemplo, utilizava a nascente do rio Utinga para manter suas atividades.

Os escravos que aqui chegaram eram de várias procedências africanas, mas a maioria da região do Congo e da Angola, local africano de onde saíram a maior quantidade de escravos para o Brasil. Como também temos muitos escravos crioulo, como no Engenho Penedinho em 1871, que no inventário de D. Joana Ferreira Cunha, podemos observar de forma clara que os escravos eram todos crioulos. Ou seja, aquele que nasceu na América. Já o Engenho Marzagão se destaca na classificação dos seus escravos como mulatos, ou seja, aqueles que eram filhos de uma pessoa branca e outra negra sejam o homem ou a mulher branca e vice-versa. O desembarque dos negros de Angola e do Congo que vieram para Igarassu aconteceu no Porto do Recife. Porto este que recebeu muitos povos africanos no período do ciclo da cana-de-açúcar. Eram mais de 30 km do Porto para a região de Igarassu, local onde os negros seriam explorados.

No final do século XIX os pardos e mulatos já eram maioria, em relação aos negros. Isso só era possível por meio do relacionamento entre negros e brancos. Geralmente senhores tinha relações sexuais com suas escravas, gerando filhos mulatos e o Engenho Marzagão em 1870 é prova disto.

A quantidade de escravos por engenhos variavam muito como também o tamanho dos mesmos. Temos exemplos de engenhos pequenos, como é o caso do Jaguaribe com apenas 4 escravos, ou engenho com mais de 100 escravos e com uma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

fábrica de açúcar em grande desenvolvimento, podemos citar o Engenho D' Água e Monjope.

Os engenhos que tinham 10 escravos em sua propriedade, cultivavam a cana-de-açúcar e vendiam para outros engenhos que trabalhavam com a moagem e todas as etapas do açúcar, como também os senhores desses engenhos podiam alugar seus escravos.

As condições de vida e trabalho nos engenhos eram tão duras que a esperança de vida média útil de um jovem africano não passava dos 20 anos. São poucos os escravos com mais de 50 anos e se tem é porque chegaram aqui já adultos e agüentaram o trabalho pesado. O escravo de nome João, com 62 anos de idade já era uma pessoa inutilizada como nos relata o inventariante do Engenho Inhamã em 1875. O Engenho Taquara em 1828 tinha escravos de várias procedências, bastantes novos e aptos ao trabalhos escravista.

É comum vermos escravos inutilizados por sofrer de alguma doença ou ter algum tipo de defeito, como nos relata os documentos. As doenças mais comuns entre os negros são: chagas, quebrado das virilhas, ferida na perna, mal da gota, etc.

Pelos documentos podemos perceber que o Engenho Monjope possuíam milhares de hectares, explorada de forma diversas. Ou seja, não se explorava a terra de uma única vez e apenas com o cultivo da cana-de-açúcar, mas com pastos para o gado, cultivo de alimentos de subsistência. Uma parcela era destinada a mata, de onde saia a lenha para alimentar as fornalhas. Conheceremos mais um pouco sobre este engenho mais adiante.

No século XIX nesta cidade ainda tinham muitos engenhos em atividades e que utilizavam a mão-de-obra escrava como meio de manter as atividades econômicas na região. Tendo em vista que na segunda metade do século XIX cresceu em todas regiões brasileiras os movimentos abolicionistas, os negros se rebelaram contra esta situação de opressão. A fuga foi a forma de resistência mais comum entre eles. Em Igarassu temos exemplo de um negro fugido. Um homem que era cozinheiro e padeiro do Engenho Monjope, por nome de Manoel Catuaba. Sua Dona a Baronesa de Vera Cruz mandou colocar um anúncio no Jornal Diário de Pernambuco para localizá-lo, pois o mesmo valia muito já que tinha um dos ofícios de destaque no engenho. A fuga tinha ocorrido



do dia 11 para o dia 12 do mês de abril de 1876. O mesmo possui as seguintes características: “... mulato escuro, rosto redondo, beiços grossos, olhos papudos, pés bem cavados e dedos curtos, idade 30 anos, cozinheiro e padeiro...”<sup>3</sup>. Provavelmente ele tenha se refugiado no dos núcleos de resistência do Quilombo Catucá, entre os atuais municípios de Paulista a Goiana.

Os ofícios mais comuns dos escravos era a função de Carreiro, ou seja, de guia de carro de boi comprovando que a maioria dos engenhos eram trapiches, movidos pela força animal. Mas percebermos também os engenhos reais, movidos a água, como era o caso dos Engenho D' Água e Monjope que utilizavam as nascentes que ficavam próximas as suas instalações. Além dos carreiros, que eram maioria, temos as seguintes funções: cozinheiras, carpina, pedreiro, marceneiro, serviço do campo, oficial de carpina, mestre de açúcar, buleiro, caldeireiro, serrador, purgador e pamonheiro. O Engenho Cumbe de Cima em seu inventário deixou o relato de mestre de açúcar, função de grande compromisso e destinados a poucos, no valor de 550\$000 (quinhentos e cinquenta réis).

Os nomes mais comuns desde escravos são: Maria, João, José, Joaquim, Antônio, Joaquina, Josefa, Manoel e Francisco. Nome como Alexandre, Raquel, Leandra não era comum ver, mas existiam em alguns engenhos.

A sociedade igarassuense do século XIX era como as demais da região, uma sociedade colonial (agrária, patriarcal e estratificada), com os brancos colonizadores, donos dos engenhos e dos escravos. O senhor era o chefe superior e residia na casa-grande, a mulher tinha o papel de ser subordinada ao senhor, caracterizando assim um caráter patriarcal. Os homens livres eram aqueles que prestavam algum tipo de serviço aos senhores de engenhos, como carpinteiro, capataz, pedreiro, donos de terras sem engenhos, etc. A maioria eram considerados como “mercadorias” dos aristocratas, os escravos.

Francisco de Holanda Cavalcante de Albuquerque foi assassinado em 14 de julho de 1843, na estrada do engenho Inhamã, do qual era arrendatário. Por três de seus escravos, de nome: Paulo, Manoel Pajem e João que foram mortos, segundo testemunhas por ordem de João Cavalcanti de Albuquerque e seu filho o Bel. João

---

3 (Diário de Pernambuco. Recife, 27/04/2001, p. A3)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Antônio. Os escravos segundo relatos tiveram as cabeças decepadas sendo expostas no exato lugar em que ocorreu o crime. Mortes ocorridas no Engenho Monjope, sendo assistidos por outros negros e por muitos moradores da região. João Cavalcanti de Albuquerque nunca pagou pelo ato de crueldade com os negros. Seu filho chegou a ser preso, mas em pouco tempo foi solto, o advogado alegou falta de prova e perseguição política.

Analisando os processos criminais dos moradores da Vila de Igarassu, Comarca de Olinda, podemos perceber casos onde são citados nomes de escravos, como arrematação dos bens de partilha, autoamento de uma petição, escritura de escravos etc.

No ano de 1862 ocorreu na Vila de Igarassu a arrematação dos bens, animais e escravos, de Leonardo José de Albuquerque e D. Joaquina Vieira de Queirós, tendo como curador: Pedro Celestino de Pimentel.

Os 4 escravos eram: Rosa, parda, sete anos no valor de 380\$000. José, crioulo, três anos, no valor de 250\$000. Isabel, crioula, 6 anos, no valor de 350\$000 e Damiana, Angolana, 40 anos, no valor de 700\$000. A escrava Rosa foi avaliada na quantia de 380\$000, e arrematada por 511\$000 em 14 de agosto de 1862 por Manuel Apolinário de Almeida. Isabel e José foram arrematados no valor de oitocentos e cinquenta e três mil réis (853\$000) em 14 de agosto de 1862. Os escravos serviam para pagar as dívidas e eram leiloados em praças públicas.

De 1877 foi encontramos uma escritura de venda de um escravo por nome de Bendito, 32 anos, solteiro, do serviço do campo, na valor de 800\$000 (oitocentos mil réis), natural da província (PE). O vendedor foi Manoel Antônio Gonçalves, tutelador dos filhos do seu finado irmão Joaquim Manoel Gonçalves que era o senhor e possuidor do escravo Benedito. O Tenente Coronel Manoel de Nascimento Vieira da Cunha, morador do engenho Araripe do meio foi o comprador do referido escravo.

O Brasil escravocrata foi um país de torturadores, assim como também de torturados. E Igarassu é uma representação na história da cana-de-açúcar nos 64 engenhos ali foram construídos e da vida que se formou a partir desses engenhos e principalmente dos braços dos negros e negras africanas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## REFERÊNCIAS

### Jornal:

Diário de Pernambuco. Recife, 27/04/2001.

### Museu Histórico de Igarassu/Departamento de História (DPH)

#### Inventários

- 1-Anna de Sá Fonseca Pessoa – Engenho Marroto, Taquara e Mamulengo. 1828, caixa, 01.
- 2-Francisca Freire de Castro – Engenho Mussupinho. 1842, cx. 03.
- 3-Feliciano Pereira de Lira – Engenho Caraú. 1844, cx. 03.
- 4-Joaquina Francisca de Carvalho – Engenho Aguiar. 1846, cx. 04.
- 5-D. Maria Francisca dos Santos Pereira da Cunha - Engenho D' Água. 1847, cx. 04.
- 6-Joaquina Valeriana de Souza Barbosa - Engenho Purgatório. 1848, cx. 04.
- 7-Francisca de Paula Pires Ferreira e Campello - Engenho Cumbe de Baixo. 1852, cx. 06.
- 8-Francisco José da Fonseca Galvão – Engenho Jaguaribe. 1853, cx. 07.
- 9-Maria Antônia de Jesus – Engenho Cumbe de Cima. 1854, cx. 07.
- 10-Thereza Josepha Ferreira da Cunha – Engenho Desterro. 1854, cx. 07.
- 11-D. Gustaviana Flora Morais de Andrade – Engenho Mazargão. 1870, cx. 13.
- 12-Cor. Francisco Honório Bezerra de Menese – Engenho São João. 1870, cx. 13.
- 13-Joana Ferreira da Cunha – Engenho Penedinho. 1871. cx. 13
- 14-Francisco José Cavalcanti Galvão – Engenho Santa Rita. 1874, cx. 14.
- 15-Antônio Tristão de Serpa Brandão – Engenho Inhamã. 1875, cx. 14.
- 16-Antônio Luís Ferreira da Cunha – Engenho Desterro. 1876, cx. 14.
- Inventário do Coronel Christovão de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, de 1829. Cx. 095.
- Escritura de venda de um escravo de Manoel Antônio Gonçalves, do ano de 1877, sessão de processos criminais. Cx. 05.
- Arrematação das partilhas dos bens dos finados Leonardo José de Albuquerque e D. Joaquina Vieira de Queirós, 1862. Cx 05.
- Inventário de João Vieira da Cunha – 1856. Seção Inventários Cx. 08 – 1856.
- Autoamento de uma Petição da Excelentíssima Baronesa de Vera Cruz em quer requer avaliação da safra, renda anual e escravos dos engenhos para ser levado à praça pública em 1869. Seção Engenhos, Cx. 04.

#### Livros

PEREIRA COSTA, DA F. A. *Anais pernambucanos*. Recife, FUNDARPE, 1983 (Vol.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

1).

GUERRA, Flávio. *História de Pernambuco*. 3ª ed. Recife, Raiz, 1984.

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. 5ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1959.

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. 36ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1988.

MAESTRI, Mário. *O escravismo no Brasil*. 11ª ed. São Paulo, Atual, 1994.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Recife, Editora Universitária, 1967.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo de jornal*. Recife, FUNDAJ. Editora Massangana, 1998.

NETO, Guilherme Jorge Paes Barreto. *Retalhos de uma História*. (no prelo).

Pernambuco Caminhos da Liberdade. Brasília, Tempo Real, 1998. (Vol. 1).

VELOSO, Inalda Maria Lima. *O Engenho Monjope na Cidade de Igarassu*. Recife, UFPE, 2004. (Monografia de Especialização em História de Pernambuco).